

EM TORNO DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS PRESENTES EM *O COLOCADOR DE PRONOMES, DE MONTEIRO LOBATO*

Edson MARTINS¹

RESUMO: O presente trabalho visa analisar, em seu conjunto, as idéias lingüísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto intitulado *O colocador de pronomes*. Escritor versátil, mas também editor, educador, almejando-se um reformador da cultura brasileira, Lobato desejava promover uma modificação na forma de se conceber língua e gramática no contexto do ensino brasileiro da primeira metade do século XX, fazendo convergir em seu texto certos movimentos que apontam para a valorização das divergências lingüísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira.

Na análise, busco demonstrar em que medida os condicionamentos científicos, lingüísticos e literários influenciaram a produção deste texto lobatiano, enfatizando a relevância dada por Lobato a divergências presentes nos níveis lexical e sintático-semântico das duas variedades do português, tais como: a escolha lexical; o uso de *ter* por *haver*; a colocação pronominal; e a concordância na dita *voz passiva sintética*.

PALAVRAS-CHAVE: História das idéias lingüísticas; História e descrição do PB; Diversidade e identidade lingüísticas.

Este texto é dedicado à Prof^a. Dr^a. Cândida Georgopoulos, sal da terra.

Crescerá essa menina [a língua brasileira ou Brasilina], far-se-á moça mulher e sentar-se-á um dia no trono ora ocupado por sua empertigada e conspicua mãe. Imperará no Brasil inteiro – não como hoje, ás ocultas e medrosamente, mas ás claras, de justiça e de direito; e não na lingua falada apenas, mas na falada, na escrita e na erudita. E a velha lingua-mãe, que cá vige, mas não viça, abdicará de vez em favor da filha espuria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada.

Monteiro Lobato

Introdução

Neste trabalho, pretendo analisar, em seu conjunto, as idéias lingüísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto gramatical intitulado *O colocador de pronomes*. Escrito pelo autor em 1924, pertencendo ao livro *Negrinha*, o conto em questão

¹ UFV, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Letras, Campus Universitário, CEP: 36570-000, Viçosa, Minas Gerais, Brasil, edsonletras@ufv.br.

registra o Lobato em sua verve mais autêntica, expressando o autor, através da narrativa, algumas direções fundamentais de seu pensamento lingüístico, sobretudo no que se refere às modificações que desejava promover na forma de se conceber língua (seja no uso literário, seja no popular) e gramática no contexto brasileiro das primeiras décadas do século passado. Em seu texto, convergem certos posicionamentos que caminham no sentido da valorização das divergências lingüísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira. Conforme demonstro nas seções seguintes, elegendo a personagem Androvando Cantagalo, de quem traça a caricatura, como centro gravitacional a partir do qual tecerá suas críticas ao purismo e ao normativismo vigentes, Lobato termina por fazer uma calorosa apologia da língua como manifestação da nacionalidade brasileira.

Prescrição *versus* descrição lingüísticas

Monteiro Lobato apresenta idéias lingüísticas bastante inovadoras no texto em questão. Para se perceber o aspecto de modernidade da narrativa, deve-se observar primeiro que *O colocador de pronomes* foi escrito em 1924, época em que os estudos lingüísticos de tendência descritivista-estruturalista estavam ainda em processo de formação. De um lado, não é demais lembrar que o *Curso de Lingüística Geral* – obra póstuma do suíço Ferdinand de Saussure, considerada na história da lingüística o divisor de águas da dita Lingüística Moderna – tinha sido escrito, em francês, há apenas quatro anos. Doutra parte,, se falamos em “processo de formação” da lingüística descritiva, isto é válido mais para os contextos europeu e norte-americano, pelos trabalhos realizados pelas escolas de diferentes correntes estruturalistas. No que se refere ao contexto brasileiro, os avanços científicos conseguidos pela lingüística estruturalista demorariam algumas décadas a se fazer sentir, em que pesem as investigações do gênio pioneiro de um Mattoso Câmara Jr. Entre nós, começava a se esboçar

um saber gramatical brasileiro, construído desde finais do século XIX, por autores como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (também 1887) e Eduardo Pereira (1907), que escreveram obras com uma “tendência gramatical de clara inspiração positivista”. No mais, existiam as publicações consistentes, frutos da tradição de filólogos brasileiros da época, em que figuram, entre outros nomes, os de Said Ali e Antenor Nascentes. Na análise de Maurício Silva, que estudou especificamente o período da gramaticografia brasileira entre 1880-1930 (os anos por assim dizer da formação de Lobato), “tudo isso acabava por criar uma espécie de cultura normativista a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos do período”. Lobato via com extremo descrédito a possibilidade de aprendizado da língua a partir desse tipo de tradição gramatical, apoiada no modelo do certo *vs* errado. Numa carta endereçada a Godofredo Rangel, escrita em 1915, relata uma experiência ruim que teve com o ensino gramatical tradicional (fora reprovado), que gerou nele “uma revolta surda contra gramática e gramáticos”.²

Língua e evolução

Monteiro Lobato (1882-1948) tem sua vida encerrada num momento de virada dos séculos. No conto, é possível perceber a influência que Lobato teve do pensamento lingüístico desenvolvido ao longo de todo o século XIX, época em que os estudos lingüísticos foram predominantemente históricos. No plano científico, o conhecimento advindo das postulações darwinistas sobre a evolução da espécie humana tinha proporcionado as condições suficientes para que as ciências pudessem especular sobre seus objetos de estudo de forma mais empírica. No que toca ao estudo da linguagem humana, questionou-se pela

2 São costumeiras na obra do escritor as qualificações pouco amigáveis para a figura do gramático e dos que cortejam a filogramatiquice. Além da caracterização de Aldrovando como sebento, há aquele trecho exemplar em que Emília define o rinoceronte Quindim, que tinha devorado a *Gramática Histórica* de Eduardo Carlos Pereira, como “um grandíssimo gramático”, com aquele seu “cascão gramatical” (cf. Uma idéia da senhora Emília. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 12 e também p. 42). Em outro lugar, compara os gramáticos a ratazanas (cf. Uma nova interjeição. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 94).

primeira vez, de uma forma teórica consistente, a visão bíblica da origem da linguagem (Genesis, 11). A proeminência de Darwin neste século teve impactos consideráveis para os estudos lingüísticos. Sofrendo a influência de uma ciência “estranha”, a lingüística chegou mesmo a definir seu objeto de estudo, a língua, como um ser com vida própria, independente da vontade de seus falantes, assemelhando-se aos organismos da natureza, que nascem, crescem e morrem. Esta visão das *línguas* como *plantas* é defendida, entre outros³, pelo linguista alemão Augusto Schleicher, na formulação da sua teoria da *árvore genealógica* (*Stammbaumtheorie*).

A concepção evolucionista de língua engendra uma idéia de mutação com valor degenerativo, pois entende equivocadamente a língua como objeto natural (e não cultural). Afetada pelas regras da natureza, a língua teria fases de crescimento, amadurecimento e, enfim, a sua morte.⁴ Nesta perspectiva, as mudanças que acometem a língua (um organismo vivo) são vistas como deteriorizações gradativas deste organismo. As línguas estariam, nesta ótica, em terreno de competição, e apenas sobreviveriam as mais aptas.

Numa passagem do texto, Monteiro Lobato demonstra conhecer de perto as teorias lingüísticas dominantes em sua época. Trata-se da cena em que o autor simula um diálogo entre Aldrovando e um seu contestador. É aquele quem fala primeiro:

- A ingresia d'hoje, declamava ele, está para a Língua, como o cadáver em putrefação está para o corpo vivo.
- E suspirava, condoido dos nossos destinos:
- Povo sem língua!... Não me sorri o futuro de Vera-Cruz...
- E não lhe objetassem que a língua é organismo vivo e que a temos a evoluir na boca do povo.
- Língua? Chama você língua á garbulha bordalenga que estampam periódicos?

Há dois posicionamentos interessantes aqui. Primeiro, Aldrovando sustenta a idéia

3 A idéia de linguagem como um organismo natural não é estranha aos linguistas do novecentos. Bopp já dissera que as línguas deviam ser consideradas como objetos orgânicos naturais que crescem de acordo com leis definidas. Sobre o assunto, veja-se ROBINS (1961).

4 “As palavras nascem, crescem e morrem, como tudo mais”, diz Lobato noutra texto (cf. No acampamento dos verbos. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 19).

purista de que existem duas realidades lingüísticas: um barulho informe (ingresia) que, qual um cadáver, já está morto e fedendo; e a verdadeira língua, com “L” maiúsculo, corpo que está “vivo”, para ele, em modelos de língua que tenham os traços *luso, pretérito e literário*. Em seguida, Lobato registra, na voz do narrador, a partir do verbo com agente indeterminado (objetassem), a idéia de língua como organismo vivo, acrescida da observação de que “a temos a evoluir na boca do povo”. Este voz do contestador, que Aldrovando trata por “você”, não é outro senão a do próprio Lobato. As idéias com que tenta refrear o ânimo profético do professor Aldrovando, mostram-no, em parte, sintonizado com a visão naturalista de língua predominantemente no novecentos. Por outro lado, especificamente neste texto, ele aborda o fenômeno da evolução do idioma de um modo positivista, projetando uma idéia de evolução como progresso na língua⁵. No suposto diálogo não há um desenvolvimento desta idéia progressista; o discurso é assimétrico neste ponto do texto, com o predomínio do azedume e do purismo de Aldrovando.

Ao longo do texto, porém, Lobato se aproveita das situações embaraçosas da tentativa de militância de Aldrovando para demonstrar onde se pode perceber a evolução na língua portuguesa. O que me parece importante esclarecer na cena dramatizada é que Monteiro Lobato busca opor dois movimentos contrários, duas forças que atuam sobre o fenômeno lingüístico: a evolução do idioma, promovida pelo “povo”; e o freio à evolução, defendido pelos Aldrovandos que existem por aí. Uma atitude está voltada para o presente⁶ da língua; a

5 Entretanto, em outros momentos de sua obra, pode-se perceber que Lobato adere claramente ao ponto de vista de que a linguagem se degenera com o passar do tempo. Um exemplo, a explicação do verbo *pôr* como representante único da 4ª conjugação (cf. No acampamento dos verbos. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p.12 e também p.58): “*Antigamente Pôr pertencia à Segunda Conjugação e chamava-se POER. Mas o tempo, que tanto estraga e muda os verbos como tudo mais, fez que apodrecesse e caísse o E de POER.*” (negritos meus). Seja como for, o Lobato admirador do progresso ou o adepto do naturalismo lingüístico está cometendo um equívoco porque a língua não reconhece evoluções nem involuções; modifica-se, na verdade, nem para melhor, nem para pior, mas antes para continuar servindo às (novas) necessidades comunicativas dos falantes. Sobre esse assunto, veja-se também a observação de Gladstone Chaves de Melo (1968), que destaca as seguintes palavras de Monteiro Lobato, num artigo assinado por ele na Revista *D. Casmurro*, em 30 de junho de 1938: “*Assim como o português saiu do latim, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.*”

6 Adoto aqui a concepção coseriana de que uma língua nunca repousa num pretenso equilíbrio constante, que

outra olha apenas e passivamente para o seu passado. Os autores em quem Aldrovando busca o modelo do falar e escrever corretamente compuseram seus textos em momentos distantes do português daquela época. Seu cânone “seráfico” admite apenas autores lusitanos, situados preferivelmente entre o renascimento e o barroco.⁷

A valorização da diferença lingüística e do PB

O maniqueísmo com que a Gramática Normativa (GN) elabora as suas descrições elitistas do uso lingüístico, consoante o modelo frágil do certo *versus* errado, tem a sua contrapartida na defesa da posição de que, nas línguas, não existem *deficiências*, mas sim *diferenças*. O legado do modelo sociolingüístico (LABOV, 1973), neste sentido, é bastante esclarecedor, ao propor que qualquer comunidade de fala comunga um sistema lingüístico estruturalmente complexo, dotado de todas as potencialidades expressivas de que o grupo de falantes necessita. Neste ponto de vista, não há *uma* língua, mas um conjunto de usos (variedades de língua) socio-historicamente determinados, perspectiva que valoriza o reconhecimento da coexistência de normas e, portanto, da *diversidade lingüística*.

Se é verdade que a GN se utiliza deste maniqueísmo para cumprir uma função ideológica, como observa Marcos Bagno (2000, p. 22), valendo-se de suas definições de correto/incorrecto como “um instrumento de legitimação das classes dominantes”, o combate contra esta investida ideológica que visa impor usos lingüísticos alheios deve ter na *norma lingüística real* o repertório de onde se torna possível separar o que, de fato, é característico de uma variedade lingüística (do português brasileiro, por exemplo, ou do europeu, ou ainda pertencente ao português africano, ao asiático etc.) daquilo que representa uma mera *norma*

não é senão uma abstração da verdadeira língua histórica.

7 Registro os autores/épocas que Lobato, sempre satírico, faz com que Aldrovando cultive: Bernardim Ribeiro (1480/1500 - 1530/1545); Fernão Mendes Pinto (1510-1583); João de Lucena (1549/1550 – 1600); Frei Luís de Sousa (1556-1632); Francisco Rodrigues Lobo (1579-1621); Francisco Manoel de Melo (1608-1666); Padre Antônio Vieira (1608-1697); Frei Pantaleão do Aveiro, de quem se ignora as datas de nascimento e morte, mas cuja situação não é muito diferente, pois se sabe que a primeira edição do seu *Itinerário da Terra Santa* é de 1593; Padre Manuel Bernardes (1644-1710); e, finalmente, Filinto Elísio (1734-1819), poeta neoclássico, o autor “mais próximo” que entra no cânone de Aldrovando.

lingüística ideal.

Enfocando a importância da língua como característica de cultura, Monteiro Lobato põe em evidência as diferenças lingüísticas, ao buscar explorar na narrativa os conflitos gerados pelas diferenças entre o PE e o PB, partindo sempre das situações cômicas em que o malogrado Aldrovando lhe serve como cobaia para a expressão de uma pormenorizada caricatura verbal do modelo do *magister-grammaticus*. Definitivamente, Aldrovando, o brasileiro de fala lusa, não se entende com os seus conterrâneos tupiniquins. Falavam e não falavam a mesma língua.

Português de estrangeiro: a caricatura de Aldrovando

O recurso à *caricatura* como técnica de produção literária é largamente utilizado por Monteiro Lobato. Esta é a conclusão a que chegou Lia Cupertino Duarte, estudando como o escritor taubateano se apropria do humor em sua obra. Segundo a autora,

Visto que a atitude humorística é desmistificadora por excelência, o perfil caricaturesco é a opção escolhida por Lobato como concepção de uma considerável parcela de suas personagens. Para o autor, a caricatura, indissociada da sátira, é uma forma de punição, de aspeção social e moral, com grande poder de transformação [...] (Duarte, 2006, p.269).

Em *O colocador de pronomes*, a construção da personagem Aldrovando é desenhada plena de traços caricaturais. Estamos diante, entretanto, de um tipo de caricatura construída por meio de palavras, onde o processo dialógico da leitura ocorre numa dimensão diferente do que sucede com captação do sentido da imagem, isto é, com a caricatura visual. A personagem se constrói enquanto texto, resultando desta “costura” narrativa uma *caricatura verbal*. Como compreender, então, o delineamento destes traços? Neste jogo dialógico entre autor e leitor, para desvelar a tessitura lobatiana, é necessário observar cuidadosamente tanto a caracterização física (do personagem, e das coisas à sua volta, do “meio” à maneira tainiana), mas sobretudo a sua linguagem. No conto em análise, para além das intervenções do narrador

de 3ª pessoa, os discursos diretos dão o contorno definitivo da caricatura de Aldrovando; Lobato nos apresenta também os fatos biográficos do “mártir da gramática”, mas é na língua, na expressão de formas e idéias, que Aldrovando Cantagalo se revela plenamente ao leitor. Nas subseções seguintes, analiso algumas passagens em que Lobato usa do recurso verbal para traçar a caricatura de Aldrovando, pondo em discussão, simultaneamente, a diversidade da língua portuguesa, por meio do artificialismo deste idólatra dos torneios sintáticos e lexicais do PE. Procuramos separar didaticamente os tópicos que Lobato busca explorar no texto, donde se percebe a ênfase que o escritor deu às questões lexicais e sintáticas.

a) o léxico aldrovândico

A análise do vocabulário presente nos discursos diretos de Aldrovando revela, por parte de Lobato, um cuidado especial na escolha de um léxico nada popular (exceção ao qualificativo *alarve*) para a caracterização da fala deste personagem. O objetivo é dar contornos maximamente vernaculares ao seu idioleto, recheado de expressões lexicais que fazem parte mais do português literário europeu que da língua usual de Portugal. Destaco abaixo, em caixa alta e por ordem alfabética, os principais léxicos utilizados no texto que o comprovam:

- ALARVE – aparece desde 1344 na língua (*allarve*), arabismo de *al-arab*, “o árabe”; originariamente o nome dado aos mouros salteadores, hoje aplicado em linguagem corrente do PE no sentido de pessoa brutal, indelicada, rude, tola. Ex: “Amigo, disse-lhe pachorrentamente Aldrovando, natural a mim me parece que erres, *alarve* que és”.
- ALVEITAR – forma que data do século XV (*alueitar* ou *alveytar*), proveniente do árabe *al-baitar*, refere-se à pessoa que se emprega a tratar a doença dos irracionais, sem os necessários conhecimentos veterinários. No texto, ressalte-se o cômico de situação, em que o cliente do “consultório” de Aldrovando, é chamado, sutilmente, de animal. Ex: “Pois, amigo, errou de

porta. Seu caso é ali com o *alveitar* da esquina”.

- ANTANHO – ocorre na língua pela primeira vez em 1543, o mesmo que “de antigamente”.

Ex: “Ai! Onde param os [sic] boas letras d'*antanho*? Fez-se peru o níveo cisne”.

- ASINHA – de origem controversa, forma adverbial de uso antigo, presente desde o século XIII na língua portuguesa, com o sentido de “sem demora”, “rapidamente”. Ex: “Toma lá. O mau bicho que tens no sangue morrerá *asinha* ás mãos deste vermifugo”.

- BOFÉ – forma contraída da expressão adverbial *à boa fé*, é dado como uso antigo por Houaiss, aparacendo na língua a partir de 1913. O mesmo que “em verdade”. Ex: “Sei pelejar com todas as armas e irei até ao fim. *Bofé!*...”.

- DELETREAR – (1789), soletrar. Ex: “Cá está um desses galicigrafos. *Deletreemo-lo* ao acaso”.

- EMPÓS – de uso antigo, originário de *em + pós*. Ex: “Ir-lhes-ei *empós*”.

- EXPUNGIR – do século XVIII; sentido: fazer desaparecer (uma escrita) para substituí-la por outra (escolha lexical bastante apropriada para o sentido da narrativa, diga-se de passagem). Ex: “Naquela tabua um dislate existe que seriamente á lingua lusa ofende. Venho pedir-te, em nome do asseio gramatical, que o *expunjas*”.

- FÉRULA – (1563), tipo de planta de cujo caule se faz uma vara de açoite; daí, por metonímia, “palmatória”; por metáfora, “rigor disciplinar” ou “severidade”. Ex: “Fogem-me á *férula*, os maraus de pau e corda?”.

- FILAR – usado diante da preposição por, com o significado de “segurar com força”. Ex: “Ir-lhes-ei *empós*, *fila-los-ei* pela gorja... Salta rumor!”.

- GORJA – o mesmo que garganta, do galicismo *gorge*, possivelmente do latim *gurgus* (“abismo”, “voragem”). Ex: “[...] *fila-los-ei* pela *gorja*...”.

- INGRESIA/INGRANZÉU: o mesmo que *inglesia*, de etimologia controversa, provavelmente de *ingrês* a partir de *inglês*. Usado pejorativamente para significar “barulho”.

Exs: (1) “A *ingresia* d'hoje, declamava ele, está para a Língua, como o cadáver em putrefação está para o corpo vivo”. (2) “E traduzi em latim o tal *ingranzéu*?”.

- MARAU – do século XVII, pelo galicismo *maraud* (pedinte), significando “indivíduo ignóbil”, “espertalhão”. Ex: “Fogem-me á férula, os *maraus* de pau e corda?”.
- SUASÓRIO – século XVII, o mesmo que persuasório. Ex: “Experimentemos processo outro, mais *suasorio*”.
- TARELO – sinônimo de “tagarela”, com origem no século XIX. Ex: “Hei-de influir na minha epoca. Aos *tarelos* hei-de vencer”.

b) o uso de *ter* por *haver*

Sobre a polêmica lingüística em torno do uso dos verbos *haver* e *ter* nas duas variedades, que Said Ali chega a listar como uma das “dificuldades da língua portuguesa” no seu famoso conjunto de ensaios, Maria Lúcia Sampaio (1978) nos traz uma realidade interessante. Em sua pesquisa, onde faz um estudo diacrônico dos dois verbos, cobrindo toda a história do português, a autora constata que, para expressar a idéia de posse, *haver* e *ter* concorrem na língua desde as origens do português (século XIII), com amplo predomínio de *haver*. No sentido de “existir”, a partir do século XVI, com o desgaste e o esvaziamento semântico das formas do verbo *haver* (hei, há, houve, haja etc.), o verbo *ter* invade a esfera da oração existencial⁸, ainda que, pelo conservadorismo da escrita (norma literária), continue a aparecer nos textos em menor escala que o verbo *haver*. Como observa a autora, “com a nova criação da língua [o sentido existencial] surgiram duas construções que entraram em concorrência. A oração existencial com o verbo *ter* veio preencher um déficit da língua, cuja

8 Silveira Bueno, visando distinguir as criações lingüísticas genuinamente brasileiras daquelas que são ecos de estágios antigos do PE aclimatados no PB, argumenta que o uso de *ter* por *haver* é um caso de falso *brasileirismo*, sendo de outra parte mais um dos traços conservadores da sintaxe do PB. O autor dá alguns exemplos como: “Apenas *tem* quinhentos homens naquela fortaleza” (J. Freire); e ainda: “Nos matos da costa *tem* muito brasil e pau prêto de que todos os anos se carregam mais de cem juncos para a China, Aimão, Camboja e Champa, e *tem* mais muita cêra, mel e açúcar” (Fernão M. Pinto).

clareza de comunicação estava ameaçada pelo desgaste e consequente inexpressividade do verbo *haver*” (SAMPAIO, 1978, p.67).

A prevalescência de *haver* sobre *ter* com sentido existencial vai se consolidando na norma literária do PE, no que é seguida pelos escritores brasileiros ao longo dos séculos, do seiscentos ao novecentos. O jogo começa a virar no PB em favor do verbo *ter* apenas no século XX, por meio do projeto de consolidação da cultura brasileira idealizado pelo movimento modernista. A evolução da competição diacrônica entre os verbos pode ser percebida no quadro abaixo, adaptado dos dados apresentados por Sampaio (1978), em que a autora analisa a frequência de usos por autor, no século XX:

Escritor	HAYER	TER
Cassiano Ricardo	99 %	1 %
Manuel Bandeira	80 %	20 %
Vinícius de Moraes	50 %	50 %
Mário de Andrade	50 %	50 %
Lygia Fagundes Teles	50 %	50 %
Carlos Drummond de Andrade	40 %	60 %
Guimarães Rosa	10 %	90%

Embora a autora não registre em seu estudo o número absoluto de ocorrências coletados em cada autor, os números permitem uma leitura bastante favorável sobre o peso do verbo *ter* como uma presença lexical forte dentro do que denominei de *norma lingüística real* do PB do século XX. Voltando ao texto de Monteiro Lobato, os dados quantitativos expostos acima também nos auxiliam a confirmar a imagem do escritor, pelo menos nos limites do conto analisado, como um precursor do modernismo, atento à presença de se valorizar a língua portuguesa falada e escrita no Brasil como parte de seu programa estético-literário. A disputa lexical *ter x haver* não passou despercebida a Lobato, ao narrar o martírio de

Aldrovando Cantagalo, que se encolerizava contra a “garabulha bordalenga”, que estampavam os jornais brasileiros. É assim que ele se revolta, pinçando aleatoriamente numa publicação um uso de *ter*. Curioso é que o purismo do homem era tamanho, que na ocorrência não se trata do uso clássico de *ter* no sentido de existir; tem-se, na verdade, o verbo seguido do substantivo “lugar”, com que forma uma construção no sentido de “acontecer”. Seja como for, era o bastante para lhe doerem os rins: “– *Teve lugar ontem...* É língua esta espurcicia negral? Ó meu seráfico Frei Luiz, como te conspurcam o divino idioma, estes sarrafaçais da moxinifada!”.

A caricatura do filólogo como fiel apóstolo do *PE-língua sagrada* ganha contornos nítidos para o leitor, quando Aldrovando usa em sua fala profética, construções como: “– Não **hei-de** acabar, porém, antes de dar a prelo um grande livro, onde compendie a muita ciência que **hei acumulado**”; em que soa pouquíssimo brasileira a perífrase com *haver*, onde dizemos e escrevemos nós “vou acabar/terminar [...]” e “[...] que *tenho acumulado*”; e ainda esta outra: “– **Hei-de** influir na minha época. Aos tarelos **hei-de** vencer. Fogem-me á férula os maraus de pau e corda? Ir-lhes-ei empós, fila-los-ei pela gorja... Salta rumor!” (todos os negritos meus).

Novamente se constata o olhar atento de Lobato para as questões linguísticas, pois, como observa Said Ali (1950, p.185), *ter de* “é um neologismo consagrado na linguagem literária do século XVIII para cá”. Até este período era usual apenas a variante *haver de*, largamente atestada no português arcaico e quinhentista.

c) a colocação pronominal

Esta última citação do texto dá margem a que especulemos sobre outra antiga polêmica lingüística que aflora do contraste PE x PB, a da colocação pronominal. Vejamos os momentos privilegiados em que Lobato tematiza a questão.

Primeiramente, chama a atenção o uso recorrente que Aldrovando faz da *mesóclise*. Além dos exemplos que aparecem no fragmento supracitado, em mais uma outra ocasião Lobato põe a construção na boca de Aldrovando: “– Fa-la-ei imprimir á minha custa!”, diz o gramatiquero, quando nenhum editor vem bater-lhe à porta, para bancar e prestigiar a edição da sua obra. Na postulação da mesóclise, qua algumas gramáticas referem bisonhamente como a ocasião em que o clítico é posto “no meio do verbo”, pode-se ver o eco do prescritivismo gramatical segundo a regra de que “não se deve iniciar uma frase com pronome átono”. Em questão tão delicada, que envolve, entre outras coisas, ritmos de fala, sabidamente diferentes entre PE e PB, é sempre bom consultar a opinião de estudiosos como Said Ali (e estamos a falar, também, de um autor de *gramáticas!*), que observa, com letras capitais como segue aí, na sua *Gramática Secundária* (note-se a importância da conjugação de fatores prosódicos e sintáticos, na análise do autor):

A PRONÚNCIA BRASILEIRA DIVERSIFICA DA LUSITANA; DAÍ RESULTA QUE A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM NOSSO FALAR ESPONTÂNEO NÃO COINCIDE PERFEITAMENTE COM A DO FALAR DOS PORTUGUESES (SAID ALI, 1969, p.205).

Seria interessante contrapor à ortodoxia gramatical, a opinião de José Lemos Monteiro. O autor, que dedica um trabalho de peso à questão da reorganização do quadro dos pronomes pessoais no PB, atesta que a tradição gramatical em língua portuguesa, registra como possibilidades de colocação pronominal: a próclise; a ênclise; a apossínclise; e a mesóclise. Diante deste quadro “descritivo”, o linguista nota, porém:

a apossínclise (deslocamento à esquerda do pronome átono para antes de um advérbio: "eu o não vi") é absolutamente irreal para os brasileiros. E a mesóclise praticamente também já não ocorre entre nós. Dela só encontramos em nosso *corpus* raríssimos exemplos e, assim mesmo, em elocuições formais de falantes idosos.

Idoso o Aldrovando de Lobato também era, mas o intuito primeiro da caricatura pretendida não é esta, mas sim explorar o modelo arcaico de língua que Aldrovando tenta em vão professar, na sua fala e nos seus ensinamentos. Para Monteiro, “o problema da colocação

ainda é variável e em certos pontos facultativa, conquanto se manifeste a tendência decisiva para a próclise na fala brasileira”.⁹

As conclusões seguras deste linguista, profundo conhecedor da realidade da língua falada e escrita no Brasil, vêm confirmar mais uma vez o quanto há de modernidade no posicionamento de Lobato sobre as questões de língua. Sempre se apoiando no humor, na sátira, são tragicômicos os contornos em que o escritor nos narra a morte de Aldrovando, provocada como um carma, *in extremis*, pelo deslocamento impróprio de um pronome (“que sabe-me”). Noutra ocasião, num dos momentos mais hilários do texto, o escritor volta a tratar da questão pronominal. É a cena em que, tendo editado finalmente a sua obra máxima, “dois brutamontes de mangas arregaças” vem lhe entregar “a primeira carroçada de livros”:

– Me dá um mata-bicho, patrão!...

Aldrovando severizou o semblante ao ouvir aquele “Me” tão fora dos mancais, e tomando um exemplar da obra ofertou-o ao “doente”:

– Toma lá. O mau bicho que tens no sangue morrerá asinha às mãos deste vermífugo. Recomendo-te a leitura do capítulo sexto.

O carroceiro não se fez rogar; saiu com o livro, dizendo ao companheiro:

– Isto no “sebo” sempre renderá cinco tostões. Já serve!...

Como se percebe pelo contraste de caracteres, Lobato busca opor os carregadores de livros, (trabalhadores braçais, representantes aqui dos falantes de um português genuinamente brasileiro) à figura austera e borolenta de Aldrovando. A ênfase do escritor, porém, não recai na diferença socioeconômica evidente entre os personagens; o que o autor procura explorar, na verdade, são as diferenças da língua, ou melhor, a valorização da diferença entre o que seja próprio do PE em contraste com o que seja legítimo e característico do PB. Além da sentença iniciada com o pronome átono – crime de lesa-língua para os puristas de plantão – repare-se no léxico “mata-bicho”, o mesmo que “cachaça”, escolha lexical própria de quem quer proclamar o abrasileiramento da literatura e da língua. Neste ponto, Lobato se põe como um precursor dos autores modernistas brasileiros (Lessa, 1966, p.58). Neste sentido, a punição do

9 A título de exemplo da diferença entre PB e PE quanto à colocação dos pronomes átonos, registro as sutis divergências observadas na publicidade televisiva de uma marca de energéticos, que em Portugal diz “Red Bull dá-te asas”; ao passo que, no Brasil, o texto publicitário é escrito “Red Bull te dá asas”.

narrador à figura do gramático é sintomática da defesa da língua como expressão da nacionalidade brasileira.

Pode-se mesmo falar que, neste texto, Lobato defende uma interessante posição (e avançada para o tipo de ensino predominante da época) de que o destino da língua pertence a seus usuários: “– *Chega de caraminholas, ó barata tonta! **Quem manda aqui, no serviço e na língua, sou eu. E é ir andando, antes que eu o ferre com um bom par de ferros ingleses!***” (negritos meus).

É assim, aos gritos, que Aldrovando quase apanha do brasileiríssimo ferreiro Serafim. Nesta passagem, o texto lobatiano advoga um caráter fundamental da língua, o da liberdade do falante frente ao código. Parafraseando Saussure, e retomando a crítica coseriana do *Cours*, a atitude de Serafim frente a Aldrovando significa, de fato, que a língua não se impõe ao falante, sendo antes este a impor naquela as suas marcas subjetivas. Em termos de constituição histórica, apesar dos fatores que condicionam o existir concreto de uma língua com tradição escrita, o controle dos rumos de um idioma pertence aos usuários (aos brasileiros, por exemplo), e não às ditas “autoridades”, que pretendem estigmatizar os falantes do PB, ou até mesmo frear a criatividade lingüística inerente ao fenômeno da comunicação verbal. Tais “autoridades” perpetuam atitudes normativas milenares no saber gramatical do ocidente (pense-se no caso do *Appendix Probi*), não sendo difícil perceber a presença dos discípulos de Probo nos Aldrovandos dos dias atuais, que permanecem tendo voz na sociedade brasileira contemporânea.¹⁰ Com base no conhecimento acumulado sobre a natureza da linguagem humana, certamente se esperava que fosse possível se adotar uma postura mais crítica (menos anacrônica, inclusive, após o impacto da intensa produção da lingüística brasileira no último século) em vez de repetir ideologias arcaicas e conservadoras. O entrave à esta mudança de comportamento está no fato de que, em termos de relações de

10 Sobre a atuação maléfica das autoridades gramaticais no contexto de produção da mídia impressa e eletrônica atual, veja-se Bagno (2000) e Scherre (2004).

poder, a língua é vista por seus usuários, sobretudo pelos que materializam o discurso das elites socioeconômicas, como uma questão essencialmente política.¹¹

d) a dita *voz passiva sintética*

De acordo com a narrativa criada por Lobato, na sua fase de militância em defesa do vernáculo – coenhamos –, um fato inegável é que Aldrovando se mostrou um estrategista dos melhores, ainda que suas idéias tenham se perdido na relação dificultosa entre teoria e prática. Após seguidos insucessos, em que escreve ofícios ao Congresso, vira colunista de jornal, abre (vejam só!) um consultório gramatical, para cuidar da “grande enferma” (a língua), Aldrovando resolve, enfim, perambular pelas ruas, procurando “erros” de linguagem, para saná-los, a eles e a seus feitores. Nesta atitude inédita de um heróico-gramático-ambulante, Lobato cria uma cena bastante significativa para compreendermos a visão aguçada do autor sobre a diferença entre prescrição e descrição gramaticais, em que põe em destaque, de um lado, o papel da criatividade lingüística do falante, e de outro a natureza da variação e da mudança lingüística no diálogo travado entre Aldrovando e o ferreiro Serafim. Lobato se vale deste episódio para fazer uma crítica à análise gramatical tradicional do sintaticismo denominado de *voz passiva sintética*. O tema costuma ser abordado nos compêndios gramaticais normativistas na seção que trata da concordância verbal nas construções com *se*, em que o clítico é tido por um *pronome apassivador* ou *partícula apassivadora*. Como se sabe, o ponto intocável da postulação da regra de concordância na visão normativista, conforme prega a catequese “aldrovândica”, é o de que o sintagma nominal presente nas frases é *sujeito sintático*; daí decorreria a necessidade de adequação na categoria de número

11 Adoto aqui a definição de língua de Kanavilill Rajagopalan (2003, p.176): “Para qualquer indiano, algumas respostas, tais como língua é instrumento de comunicação, língua é pátria, são chavões. Língua, pátria, nação são conversa fiada. Esses chavões não têm o menor sentido, porque para os leigos, que compõem a grande maioria dos usuários de uma dada língua, língua é, antes de mais nada e depois de tudo, uma questão política”. Em que pese a menor variação dialetológica face à situação da Índia, não há motivos para se pensar que a “língua como pátria” etc. seja um chavão menos expressivo dentro do quadro plural das comunidades lusófonas.

entre verbo e sujeito.

Monteiro Lobato, ao que parece, demonstra ter conhecimento de um ensaio pioneiro sobre a análise da construção em termos de postular o clítico *se* como sujeito em vez do sintagma nominal, que passaria a ser visto como objeto verbal. Trata-se de um texto publicado por Manuel de Saldanha, em 1908, em que o distinto filólogo demonstra a fragilidade da análise normativa, contra a qual insurge categoricamente. No contexto da filologia em Portugal, José Maria Rodrigues também se pronuncia sobre esta querela, em 1914, num dos boletins publicados pela Academia de Ciências de Lisboa. Quer pela profundidade da análise empreendida, quer pelo tipo e local de divulgação (livro impresso no Brasil), nos parece lícito pensar que Monteiro Lobato tenha sido influenciado pelo conhecimento do texto de Saldanha. Unindo, de forma refinada e espantosa, conhecimentos lingüísticos e literários, Lobato dá um tratamento, digamos, *poético* (lembre-se o sentido da raiz grega deste léxico) àquilo que Saldanha distinguira com olhos aquilinos. Vale lembrar que a questão da concordância verbal na dita *voz passiva sintética* viria a ocupar nas décadas seguintes, um lugar de destaque nas pesquisas lingüísticas do português, e de outras línguas românicas, quadro investigativo que ainda permanece bastante atual, muito em função da natureza escorregadia de funcionamento dos clíticos, como demonstram as pesquisas recentes.¹²

Ao diálogo antológico criado por Lobato entre o filólogo Aldrovando e ferreiro Serafim não há muito o que dizer, sob pena de só lhe tirar, sem nada acrescentar. Apenas fazemos uma ligeira observação, que visa descortinar mais uma faceta da ironia lobatiana, não explícita ao leitor. Note-se que o ferreiro se chama Serafim. Tinha no nome um quê de anjo, cuja raiz lexical é a mesmíssima do adjetivo carinhoso com que o rabujento Aldrovando se dirige ao seu mestre maior da língua lusa: “Ó meu *seráfico* Frei Luís”. Emendando o sarcasmo lobatiano, poder-se-ia dizer que, aos olhos daquele malsucedido “Agente da Saúde

¹² Para uma apreciação das abordagens sobre a questão do *se* veja-se Monteiro (1994) e Osório e Martins (2007, p.19-23).

Idiomática”, devia parecer uma heresia, punível com morte à fogueira, que um sujeito reles como aquele, verme abominável da gente de Sodoma e Gomorra, pudesse ter no nome qualquer relação com o cândido mundo habitado pelos anjos. Seu derradeiro e único júbilo talvez fosse que a glória dos mártires é medida pelo grau dos suplícios...

Concluindo

O colocador de pronomes demarca, de um lado, um momento de amadurecimento das idéias lingüísticas de Monteiro Lobato. A correspondência trocada pelo autor com Godofredo Rangel demonstra que os anos anteriores à redação de *Negrinha* foram uma época de crise intelectual para o autor, que buscava a forma adequada de abordar a questão da língua dentro da perspectiva da afirmação do Brasil como nação (do que decorre a abordagem reformadora da língua e da gramática que o autor busca propôr com a produção do conto), ao mesmo tempo em que Lobato necessitava elaborar formalmente a sua própria expressão como literato. De outra parte, para além do seu valor literário inestimável, o conto funciona, por tudo o que se disse aqui (e quiçá pelo que não se disse) como um documento rico, plurissignificativo, para melhorar nossa compreensão do complexo processo histórico de consolidação da língua portuguesa usada no Brasil, em seu conjunto de variedades e variações.

Primeira formulação consistente do pensamento lingüístico do escritor, a narrativa nos deixa perceber em Lobato um profundo conhecedor da realidade lingüística brasileira, com um faro apurado para a compreensão do comum e do diferente no encruzilhadas da constituição histórica – nada lineares – entre PE e PB. Obra de um homem para lá de multifacetedo; moderno, se não modernista; entusiasta do progresso; pensador das grandes questões culturais do país, da educação popular, pondo em primeiro plano a educação literária e lingüística. Fez isso, inclusive, a um só tempo, sem ter de prescindir desta ou daquela

abordagem das diversas modalidades do uso lingüístico, comportamento que talvez mereça a atenção de alguns profissionais de Letras dos dias atuais que, assumindo posturas tendenciosas – para não dizer questionáveis – no ensino de língua e literaturas em português, pretendem ver estudo lingüístico e estudo literário como uma querela neoapocalíptica entre Deus e Mefistófeles. Eis aí mais uma via de leitura, a conciliatória, que texto e autor nos abrem.

Referências Bibliográficas

ALBIEIRI, T. M. *Lobato: a cultura gramatical em “Emília no país da Gramática”*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CAUDAS AULETE, F. J. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1948.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979[1958].

GOH, S. S. *Metalinguagem e marcas de oralidade em Monteiro Lobato*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

LABOV, W. The logic of non standard English. In KEDDIE, N. (org.) *The myth of cultural deprivation*. Penguin, 1973.

LEON, L. M. M. A teoria gramatical na colocação dos pronomes oblíquos átonos. In *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: s/d. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/10\(28\)04.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/10(28)04.htm) Acesso em 12 jul. 2008.

LESSA, L. C. *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

LOBATO, M. *Emília no país da Gramática*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. *A barca de Gleyre*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1950a.

_____. Prefácio ao *Dialeto Caipira*. In *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1950b.

_____. O colocador de pronomes. In *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

OSÓRIO, P. J. & MARTINS, E. F. *A sintaxe das construções com se no Português do Brasil*. 2ª ed. Alpiarça: Zaina Editores, 2007.

RODRIGUES, J. M. Sobre um dos usos do pronome se: as frases do tipo vê-se sinais. In *Academia das Ciências de Lisboa, Separata do Boletim da Segunda Classe*, vol. VII, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, pp. 1-14.

SAID ALI, M. *Difículdades da língua portuguesa: estudos e observações*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1950.

_____. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 8ª ed. São Paulo. Melhoramentos, 1969.

SAMPAIO, M. L. P. *Estudo diacrônico dos verbos ter e haver, duas formas em concorrência*. Assis: Tipografia Nigro, 1978.

SILVA, M. A gramática brasileira novecentista: uma história. In *Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura*. Ano 3, n. 4, 1º semestre de 2006.

XAVIER, A. C. & CORTEZ, S. *Conversas com lingüistas – virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.